

SURDOS notícias

#07 | JUN/2011 | TRIMESTRAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SURDOSnotícias



www
fpas.org.pt



- 2 EDITORIAL**
Palavras do Director e Subdirector
- 3 JUVENTUDE SURDA**
WFDYS – África do Sul
- 4 ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**
Ler e compreender o mundo: os Surdos e a literacia em PL2
- 5 HISTÓRIA DOS SURDOS**
A “experiência do Covelo”
- 6 EMPRESAS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LGP**
Smile Hands uma empresa rumo ao futuro e à inovação
- 8 LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA**
A relação entre a Pessoa Surda e o Intérprete de LGP na Sociedade
- 9 DESPORTO**
Calendário de Eventos Desportivos
- 10 TRIBUNA LIVRE**
Associação de Surdos do Algarve
- 12 ACTIVIDADES**
Promoção do espírito de convívio
- 14 INFORMAÇÃO ESPECIAL**
Reconhecimento da Língua Gestual
- 16 PÁGINA DO INTÉRPRETE**
Ser filha de Surdos: Uma aventura, um privilégio (contin.)
- 20 DESTAQUE**
Entrevista a Estudantes da Escola Sup. de Educação de Coimbra
- 23 CULTURA E CIDADANIA**
A unidade faz a força | A Liberdade
- 24 ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA**
A acessibilidade... característica de todos os projectos
- 25 LEGISLAÇÃO**
Acessibilidade para Todos: Projecto “Praia Acessível, Praia para Todos”
- 26 LEGISLAÇÃO**
Internacional e Nacional publicada entre Fevereiro e Abril
- 27 PASSATEMPOS**
Espaço Lúdico

SER FILHA DE SURDOS: UMA AVENTURA, UM PRIVILÉGIO *cont.*

DEDICO ESTE TRABALHO
AOS MEUS QUERIDOS PAIS,
LÚCIA E ANTÓNIO FREIRE

Dr.ª Maria José Freire
CODA*, ILGP e docente na ESE de Setúbal na licenciatura de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa

Na profissão... como intérprete de LGP

A pouco e pouco o meu envolvimento na comunidade surda passou a ter contornos adicionais, além de filha e amiga comecei a envolver-me profissionalmente. O facto de ter tido uma educação bilingue, em que estavam presentes a língua gestual portuguesa e a língua portuguesa, fazia de mim, como fez de alguns outros filhos de pais surdos, uma potencial intérprete de LGP. Profissão inexistente no nosso país e que começou a ter o seu advento sobretudo nos anos 80 com a celebração do Ano Internacional do Deficiente em 1981. Antes disso só em situações muito pontuais era requisitada a presença de alguém que estabelecesse a comunicação entre uma pessoa surda e outra ouvinte, situação resolvida por familiares, filhos de surdos e até outros surdos que serviam de intermediários.

A partir de meados dos anos 70 e ao longo dos anos 80, o contacto da nossa sociedade com os outros países da Europa fez aumentar a consciência social e política e a despertar a sociedade para o reconhecimento da existência de minorias, nomeadamente a minoria linguística constituída pelos surdos que tinham a sua própria língua: a Língua Gestual portuguesa. As próprias associações de surdos começaram a ganhar uma nova dimensão: de locais de convívio entre pares, ganharam uma nova dinâmica, mais virada para o exterior, para dar a conhecer à sociedade e às entidades oficiais a existência dos surdos, da sua riqueza cultural e linguística e dos contributos que podem dar à sociedade, mas também para dar a conhecer as suas necessidades e tornar a sociedade consciente da responsabilidade que tem para com as minorias.

Os contactos entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte foram aumentando e as situações formais tam-

bém, aumentando assim o número de ocorrências em que um intérprete de LGP era necessário para garantir a comunicação entre as duas comunidades e as duas línguas: língua portuguesa e língua gestual portuguesa.

A minha actividade como intérprete de Língua Gestual Portuguesa teve início em 1980 e prolonga-se até hoje. A minha vivência como intérprete de LGP já vai longa e recheada de experiências humanas e profissionais que muito acarinho. Tive oportunidade de contactar com pessoas surdas e ouvintes das mais diversas origens e da maior diversidade de áreas de interesse e actividade. A participação em conferências a nível europeu e internacional deu a mim e a outros colegas intérpretes a oportunidade de partilhar dos anseios e preocupações das pessoas surdas que acompanhávamos, que estavam conscientes da força que unidos teriam, e empenhados em conseguir para os surdos da Europa e do Mundo, melhores condições de educação, trabalho, acessibilidade e respeito pela igualdade de oportunidades.

A ocasião que recorro com mais intensidade, foi a minha participação, e de outros colegas, como intérpretes de LGP, durante a luta travada pela comunidade surda portuguesa pelo reconhecimento oficial da LGP. Ao fim de mais de vinte anos de lutas e reivindicações, a comunidade surda portuguesa criou, em 15 de Novembro de 1995, a Comissão para o Reconhecimento e Protecção da Língua Gestual Portuguesa. Dia que hoje é celebrado como o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa. Esta Comissão, constituída por representantes da Federação de Surdos, das Associações de Surdos, de Pais de Crianças Surdas, de Intérpretes de LGP, de Professores e Técnicos e também de Jovens Surdos, iniciou uma campanha de sensibilização para o reconhecimento da LGP junto de várias entidades oficiais, grupos parlamentares, partidos

políticos, tribunal de contas, provedoria da república, ministérios e secretarias de estado, entre outros. Quando se iniciou o debate para a Quarta Revisão Constitucional em 1997, a comunidade surda acompanhou esse debate na Assembleia da República, marcando presença nas galerias, com intérpretes que voluntariamente traduziam em simultâneo o debate, muitos dias até de madrugada. Esta presença foi o culminar de todo o trabalho anterior e não passou despercebido nem ao Presidente da Assembleia da República nem aos deputados. A verdade é que a petição apresentada à Assembleia foi aprovada por unanimidade e integrada no texto da Constituição da República de 1997.

Reconhecimento Oficial da Língua Gestual Portuguesa
Lei 1/97 de 20 de Setembro – Quarta Revisão Constitucional
Artº 74, nº2, alínea h)
“Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades.”
Portugal foi dos primeiros países da Europa a ter a sua língua gestual reconhecida oficialmente.

Não poderia ter tido outra profissão que me preenchesse tanto a nível pessoal e intelectual: tem sido um permanente corrúpio de novas situações e novos desafios que não permitem que esta profissão se torne nem monótona nem repetitiva.

Procurei sempre, ao longo da minha carreira como intérprete de LGP manter uma separação bem nítida entre o trabalho desempenhado na comunidade surda e as amizades que inevitavelmente fui fazendo ao longo dos anos. Como intérprete procurei sempre manter uma postura de imparcialidade e respeito pe-

rante os interlocutores surdos e ouvintes com quem desempenhava as funções de intérprete.

Não posso deixar de referir que a postura profissional de qualquer intérprete de LGP é fundamental para que possa desempenhar as suas funções com dignidade e competência e ser assim reconhecido tanto na comunidade surda como na ouvinte. Para isso é importante que respeite o Código de Ética e Linhas de Conduta do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa: em Portugal a legislação que abrange a profissão de intérprete (Lei 89/99 de 5 de Julho) carece ainda de regulamentação e são citados nos seus artigos 6º e 7º apenas os aspectos principais a ter em conta na conduta ética do intérprete de LGP. Existe, no entanto, um Código criado e adoptado pela Associação de Intérpretes de LGP, criada em 22 de Janeiro de 1991, da qual sou sócia fundadora e fui primeira presidente.

Como formadora de intérpretes de LGP

Desde os primeiros anos da década de 90 que tenho desempenhado também as funções de formadora de intérpretes de LGP, pois as necessidades de intervenção destes profissionais têm vindo a aumentar e aquela meia dúzia de valorosos intérpretes, sobretudo filhos de pais surdos da minha geração, que trabalhavam desde os finais dos anos 70 e durante os anos 80, já não eram suficientes.

Primeiro, no contexto da formação profissional e a convite das associações de Surdos, a Associação Portuguesa de Surdos e a Associação de Surdos do Porto, locais onde se formaram algumas dezenas de intérpretes que se encontram em actividade e que têm contribuído para dignificar a sua profissão, e posteriormente, no âmbito da formação académica, a convite da Escola Superior de Educação de Setúbal, onde ainda hoje lecciono.

Desde o início da minha actividade como formadora nas Associações e mais tarde na ESE/IPS, o desafio tem sido seguir uma linha condutora de formação, pautada pelo rigor e pelo estrito respeito

Código de ética e linhas de conduta do intérprete de LGP

Confidencialidade – o/a intérprete de LGP deve guardar completo sigilo de toda a informação a que teve acesso durante a interpretação.

Fiabilidade / adaptação – deve realizar uma interpretação fiel da mensagem de origem e procurar a melhor forma de veicular essa mensagem, sem acrescentar nem omitir informação.

Imparcialidade – não deve tomar partido nem favorecer nenhuma das partes envolvidas, mantendo-se neutral e não deixando transparecer as suas opiniões pessoais.

Discrição – só deve aceitar trabalhos para os quais se sente qualificado/a podendo aceitar outros trabalhos mais exigentes, em situações excepcionais, desde que todos os intervenientes disso tenham consciência. Questões sensíveis de índole religiosa, política, social, moral ou outra que possam afectar o seu trabalho devem ser cuidadosamente ponderadas antes da aceitação do serviço de interpretação.

Remuneração – o trabalho do intérprete deve ser remunerado e respeitar as tabelas existentes ou ser acordado antecipadamente.

O/a intérprete de LGP deve ter em conta outros aspectos referidos no Código de Ética, como: a necessidade de actualização profissional, a capacidade de autocrítica, a integridade e a dignificação da profissão e da sua classe através do exemplo e da atitude que mantém no desempenho da sua actividade.

pela língua gestual e pela comunidade surda, sentimentos partilhados com os responsáveis dos cursos e com os colegas professores.

O respeito pela língua e pela cultura da comunidade surda deve estar sempre presente naqueles que, como intérpretes de LGP, têm o privilégio e a honra de partilhar deste património de séculos de história dos surdos portugueses. O mínimo que se pode esperar de uma formação de intérpretes de LGP é que esta se pautar por critérios de qualidade que conduzam a um desempenho futuro da profissão competente e condigno.

Este rigor e competência deve reflectir-se não só ao nível da competência linguística no domínio das duas línguas em presença, língua portuguesa e língua gestual portuguesa, na sua adequação gramatical e semântica, na sua correcta

tradução e interpretação, mas também no âmbito da postura ética e deontológica de que o/a intérprete de LGP deve ser um exemplo permanente. Às noções básicas de respeito pela confidencialidade, imparcialidade, fiabilidade e pontualidade, devem juntar-se outros valores como os da autocrítica, desenvolvimento pessoal e profissional, formação contínua, companheirismo e dignificação da profissão.

Como membro da comunidade surda

Apesar de ligada à comunidade surda pela profissão, primeiro como intérprete e depois como formadora, nunca me esqueci, nem nunca me poderei esquecer que faço também parte dela como filha de pais surdos e como amiga de muitos surdos. Tenho uma "identidade surda" dentro de mim. Tenho o meu nome gestual desde pequena, o nome do meu pai: "Sardento" (por causa das

Princípios da formação de intérpretes de LGP

Áreas privilegiadas de formação: língua gestual portuguesa, língua portuguesa, língua estrangeira.

Aspectos práticos da tradução e interpretação desenvolvidos através de exercícios gravados em estúdio de audiovisuais: traduções de textos, simulações e posterior análise discussão e correcção.

Aspectos éticos e deontológicos estudados e analisados com recurso a estudo de casos.

Contacto com a realidade da profissão através da realização de estágios acompanhados.

PÁGINA DO INTÉRPRETE

sardas), sou então, segundo a tradição de atribuição do nome gestual aos filhos de pais surdos "Filha de Sardento," mais tarde conhecida como "Sardenta – Intérprete."

Existem muitas barreiras que falta ainda quebrar para que os surdos tenham as mesmas oportunidades que as outras pessoas na sociedade portuguesa, para que sejam cidadãos de pleno direito. Convivi com estas barreiras injustas, fruto muitas vezes da ignorância e da inflexibilidade de quem detém o poder e, na minha vida adulta, tenho procurado, com o meu trabalho, contribuir para que essas barreiras se vão quebrando. Relembro algumas dessas barreiras.

Educação bilingue e bicultural de surdos

Esta filosofia educativa, segundo a qual as crianças surdas têm a língua gestual como primeira língua, usada à sua volta naturalmente e com frequência, e a língua do seu país como segunda língua, através da leitura e da escrita, encontra-se totalmente implementada em países como a Dinamarca, Suécia, Finlândia e EUA e tem atingido elevados graus de sucesso. Segundo um professor e investigador surdo finlandês, os objectivos da educação de surdos são:

O estudante surdo deveria deixar a escola com a mesma quantidade de conhecimento, o mesmo grau de maturidade pessoal e autoconfiança e o mesmo nível de ajuste social esperado para um estudante ouvinte. (Jokinen, 1999:115).

A Declaração de Salamanca, resultante de uma conferência mundial sobre a educação de surdos organizada pela UNESCO e pelo governo de Espanha em 1994, no ponto sobre "Política e organização", define claramente a estratégia a seguir com as crianças surdas. No seu ponto 21 é dito que:

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da língua gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na língua gestual do seu país.

Vários investigadores nacionais corroboram esta filosofia de educação, falta

ainda conseguir a sua total implementação no nosso país. A título de exemplo pode-se citar, Delgado-Martins (1996), investigadora, autora e co-autora de publicações na área do estudo da língua gestual que diz, de modo inequívoco:

Esta hipótese de aquisição e desenvolvimento da língua gestual como forma estruturadora da cognição e da linguagem conduz a uma hipótese de bilinguismo precoce da criança surda em que a língua gestual é a língua materna e a língua portuguesa a língua segunda.

Acesso à informação e comunicação

Muito se tem lutado na comunidade surda por um melhor acesso à informação dos media, sobretudo através da televisão, meio privilegiado para os surdos, porque é visual, desde que se respeitem determinados requisitos. A legendagem e a tradução gestual são meios importantes para facilitar o acesso aos conteúdos dos programas, mas pecam ainda por insuficientes: insuficientes em número de horas de legendagem e insuficientes nas condições técnicas do "quadradinho", reforço o "inho", do ecrã reservado à Língua Gestual Portuguesa. Este espaço tem vindo a encolher ao longo do tempo e a qualidade técnica do mesmo deixa muito a desejar. Mas, não é difícil, afinal, porque quando nos apresentam reportagens ou debates políticos, vemos surgir no ecrã janelas de maiores e variadas dimensões.

Existem já várias soluções tecnológicas que podem facilitar o acesso das pessoas surdas a uma participação mais activa na sociedade e ao exercício pleno da cidadania, mas para que isso aconteça não podemos continuar a depender da fortuitude de alguns avanços tecnológicos ou de decisões políticas que tardam em chegar. Deve existir um planeamento eficaz e a implementação de acções concretas, com o objectivo de respeitar e fazer respeitar os direitos e a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos.

Não basta legislar, há que pôr em prática as soluções que vão sendo delineadas e aprovadas no sentido de derubar barreiras e promover a verdadeira igualdade de oportunidades. Cabe-nos a nós, comunidade surda, lembrá-las e

exigir a sua realização, cabe aos nossos governantes respeitá-las e pô-las em prática. (Duarte e Almeida, 2006:256, in Bispo, Couto e Clara, 2006)

Informação e Sensibilização da Sociedade

A sociedade portuguesa ignora muitas vezes o que se passa dentro dos grupos minoritários, como é, por exemplo, a comunidade surda, muitas vezes, identificada também como uma minoria linguística. Deve-se divulgar por diversos meios: comunicação social, eventos públicos, acções de sensibilização, quais são os problemas que os surdos enfrentam no dia a dia e como se podem resolver. No âmbito da sensibilização não devem ser descurados os pais de crianças surdas, que muitas vezes se sentem desamparados pela falta de informação. Vários estudos referem a importância desta sensibilização:

Isto serve para nos lembrar a importância da formação e aconselhamento a dar aos pais como uma componente crucial nas estratégias de intervenção com vista a uma habilitação bem sucedida das crianças surdas. (Schlesinger, 1988:261)²

Também a classe médica deve ser sensibilizada, pois são os médicos aqueles que primeiro contactam com os pais de crianças surdas e devem estar sensibilizados para encaminharem os pais para a comunidade surda da qual os seus filhos também fazem parte, independentemente das soluções médicas adoptadas. É importante que as crianças tenham desde logo acesso a uma língua para poderem desenvolver-se linguística e cognitivamente. O psicolinguista suíço, François Grosjean, defende que:

Esperar vários anos para alcançar um nível satisfatório [língua oral] que pode não ser alcançado, e negar durante esse tempo o acesso da criança surda a uma língua que satisfaça as suas necessidades (a língua gestual) é praticamente aceitar o risco de um atraso no seu desenvolvimento linguístico, cognitivo, social ou pessoal. (Grosjean, 1999)³

Muitos pais de crianças surdas já procuram hoje ir ao encontro dos seus filhos e o que pode ser melhor para o reafirmar que o testemunho de um pai com

PÁGINA DO INTÉRPRETE

uma filha surda que descreve carinhosamente como ela cresceu e os pequenos detalhes que, também a nós, nos fazem ter esperança no futuro e sorrir quando observamos os nossos filhos. Diz ele:

A Língua Gestual Portuguesa tornou-se uma língua familiar em casa. Claro que tenho um «acento» que felizmente a minha filha compreende. Mas fui percebendo as necessidades e dificuldades de um surdo e considero inequívoco ser mais fácil um adulto tentar chegar a uma criança surda, aprendendo a sua língua natural, do que o contrário.” (Couto, 2006: 353, in Bispo, Couto e Clara, 2006)

Informação e Sensibilização dos Poderes Políticos

É importante que a Comunidade Surda consiga manter-se unida em tor-

no dos seus ideais. Os políticos estão sempre a mudar de lugar e temos de lhes avivar a memória, e pressionar as diversas entidades com poder, para melhorar as leis e implementar as que já existem em Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas.

Stokoe, conhecido como pioneiro na investigação da língua gestual americana e inspiração de muitas investigações que se vieram a realizar nas línguas gestuais em todo o mundo, defendia que a língua gestual terá sido a primeira língua a ser utilizada pelo Homem. Nas suas palavras:

Acredito que a linguagem nasceu de uma forma perfeitamente natural – da conjugação da visão humana com os movimentos humanos, e ainda, é claro,

do desenvolvimento do cérebro que toda a evolução social e cognitiva trouxe consigo. Resumindo, a gestualização deu origem a uma língua. Gostaria de dar ênfase a esta mensagem, pois quando ela for bem compreendida, então, as pessoas surdas e as suas línguas conseguirão alcançar muito do respeito que merecem. (Stokoe, 1997:7)⁴.

¹ CODA – Sigla que significa “Filhos de Pais Surdos” (do inglês: Children of Deaf Adults)

² Tradução do inglês

³ Refere-se a um documento elaborado por François Grosjean e divulgado pela Universidade de Neuchâtel, Suíça, por todo o mundo, com o título “O Direito da Criança Surda de Crescer Bilingue”

⁴ Tradução do inglês.

Deixo-vos com alguma leitura, que recomendo:

Bibliografia

- AHLGREN, I. e HYLSTENSTAM, K. (eds.) (1994): *Bilingualism in Deaf Education*, Hamburg, Signum Verl.
- ALMEIDA, M.J. (2003): “*Para a história da Formação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa*”, *Integrar*, nº. 20, Janeiro/Abril 2003, Lisboa, IIEFP/SNR, pp.55-60
- AMARAL, M.A., COUTINHO, A., DELGADO-MARTINS, R. (1994): *Para Uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*, Lisboa: Caminho
- BETTENCOURT, J. e CATARINO SOARES, J. (1994): “*Língua Gestual Portuguesa – Língua de uma Minoria Linguística*”, *Integrar*, nº. 4, Abr-Julh. 94, Lisboa: IIEFP/SNR
- BISPO, M., COUTO, A., CLARA, M.C. e CLARA, L. (2006): *O Gesto e a Palavra I – Antologia de Textos sobre a Surdez*, Lisboa, Caminho
- Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais, (1994): Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO em colaboração com o governo de Espanha, em Junho de 1994,**
- DELGADO-MARTINS, M.R. (1996): “*Linguagem gestual: uma linguagem alternativa*” in HUB FÁRIA, I. et al, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho
- DELGADO-MARTINS, M.R. (1997b): “*Como aprendem as crianças surdas a ler e a escrever*”, *NOESIS*, Outubro/Dezembro 1997
- DUARTE, H. e ALMEIDA, M.J. (2003): “*Recognizing and Protecting Sign Language in the Constitution*”, *News – Magazine of the World Federation of the Deaf*, Vol.16, No. 2, Julho 2003, pp. 7-8
- Education Rights for Deaf Children, princípios da Federação Mundial de Surdos, em wfdeaf.org/pdf/policy_child_ed.pdf, consultado em 15.12.06**
- FRISHBERG, N. (1990): *Interpreting an Introduction*, Silver Spring, Maryland, RID Publications
- GROSJEAN, F. (2002): *An Interview of François Grosjean on Bilingualism*, disponível no sítio www.unine.ch/Itlp/pub/grosjean_interview.rtf, consultado em 12.11.04
- JOKINEN, M. (1999): “*Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos*” in SKLIAR, C. (Org), *Atualidade da Educação Bilingüe para Surdos*, Vol. 1, Porto Alegre: Editora Mediação
- LABORIT, E. (2000): *O Grito da Gaivota*, Lisboa, Edit. Caminho
- LANE, H. (1989): *When the Mind Hears – A History of the Deaf*, New York, Vintage Books
- LANE, H. (1997): *A Máscara da Benevolência – A Comunidade Surda Amordaçada*, Lisboa, Instituto Piaget
- MAHSHIE, S. N. (1997): “*A First Language : Whose Choice Is It*” in <http://clerccenter.gallaudet.edu/Products/Sharing-Ideas/afirst/smahshie.html>, consultado na Internet em 3.01.2005
- MINDESS, A. (1999): *Reading Between the Signs – Intercultural Communication for Sign Language Interpreters*, Yarmouth, Maine-USA, Intercultural Press
- Normas sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, (1994): Resolução A/RES/48/96 de 4 de Março da ONU**
- SACKS, O. (1990): *Vendo vozes*, Rio de Janeiro, Imago
- SCHLESINGER, H. (1988): “*Questions and answers in the development of deaf children*” in STRONG, M. (ed.) (1988): *Language Learning and Deafness*, San Francisco, Cambridge University Press
- SIM-SIM, I. (org.) (2005): *A Criança Surda – Contributos para a sua Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- SKLIAR, C. (Org) (1999): *Atualidade da Educação Bilingüe para Surdos, Vols: 1 e 2*, Porto Alegre, Editora Mediação
- STEWART, D. A. e CLARKE, B. R. (2003): *Literacy and Your Deaf Child*, Washington, D.C., Gallaudet University Press
- STOKOE, W. (1997): “*Sign Language as the First Language of Mankind*”, palestra proferida na Conferência “Os Surdos Olhando o Futuro”, Lisboa, Torre do Tombo
- SVARTHOLM, K. (1991): *Reading strategies in bilingually educated deaf children – some preliminary findings*, www.actos.org/publication/ourarticles/pdf/acfos2/svartholm.pdf, consultado na Internet em 12.11.04
- SVARTHOLM, K. (1994): “*Second Language Learning In the Deaf*” in AHLGREN, I. e HYLSTENSTAM, K. (eds.) (1994): *Bilingualism in Deaf Education*, Hamburg, Signum Verl.